

NAS PALAVRAS DE DALCÍDIO JURANDIR: “MARAJÓ”, DE RIOS CAMPOS E FLORESTAS, ÀS CONTRADIÇÕES SOCIAIS

Eleni Bonifácio Rabelo¹
Ivâna dos Santos Neves²

No cenário amazônico marajoara, as complexidades históricas, políticas, econômicas e culturais fazem parte, deste entrecruzar múltiplo, de vozes étnicas, constituintes deste espaço. Hoje, depois de um longínquo período de colonização brasileira, as contradições sociais, no Marajó, assim como em outras sociedades latino-americanas, ainda provocam conflitos entre classes, visto que, nestas localidades há uma rede de poder e forças, que se constrói, no embate, entre os diversos níveis de poder, capaz de gerar uma disputa social (FOUCAULT, 1979).

No entanto, a resistência popular, contra a desigualdade social, política e econômica estabelecida, pelas ordens dos micropoderes, Foucault (1979), e dos grandes fazendeiros, dominantes das terras do Marajó, ainda é bastante silenciada, pela história oficial do Brasil. Por consequência dessa política colonizadora, que assola os campos e florestas marajoaras, pouco ou nada modificou, em se tratando, das condições de educação, saúde, transportes e saneamento básico, nos municípios da região, descrita por Dalcídio Jurandir.

Neste sentido, a literatura de Dalcídio Jurandir em especial a obra *Marajó* (2008) permite que analisemos a circulação do poder no cotidiano das sociedades marajoaras no século XX. Não apenas por suas características literárias, mas, sobretudo, pela intensidade com que Dalcídio descreve as condições de possibilidades históricas do homem marajoara, que, como já referido, não sofreram profundas transformações na atualidade. Hoje, não podemos de maneira alguma, discorrer das causas histórico-sociais, deste imenso arquipélago, sem destacarmos as contribuições literárias deste que é provavelmente o maior romancista da Amazônia, Dalcídio Jurandir Ramos Pereira.

Neste artigo, apresento o Arquipélago do Marajó a partir de sua complexidade geográfica, histórica e socioeconômica. Para analisar o romance *Marajó*, é necessário entender como se conformaram, as singularidades desta região. Ao longo do estudo, trouxemos algumas passagens do romance, que deixam ver estas singularidades.

A Constituição Histórica do Arquipélago do Marajó.

¹ Eleni Bonifácio Rabelo. Universidade da Amazônia- UNAMA E-mail: elenirabelo@hotmail.com

² Ivâna dos Santos Neves, Professora da Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará-UFPA. E-mail: ivanian@uol.com.br

Conforme Miranda Neto (2005), durante o período colonial, o arquipélago do Marajó foi batizado pelo espanhol Vicente Pizón como “Ilha Grande de Joanes”, como foi chamada até a primeira metade do século XVII. Nesses tempos remotos, entre o povo, se falava também Ilha dos Nheengáibas, por causa das diferentes línguas – nheengatuba - de índios que ali existiam. Provavelmente esta denominação de Ilha dos Nheengáibas, foi imposta pelos colonizadores, visto que, na visão dos portugueses, Nheengáibas, significa povos de língua complicada (SILVA, 2013, p. 22).

Estudos mais recentes apontam que, antes mesmo do descobrimento oficial do Brasil pelos europeus, datado de 1500, pelo navegador português Pedro Álvares Cabral, Vicente Yanez Pizón já havia estado no litoral do Pará e visitado o arquipélago, em 20 de janeiro de 1500, depois de ter ancorado em Santa Maria de La Consolación, atual Santo Agostinho, em Pernambuco.

Mais tarde, para assegurar o domínio das terras brasileiras frente às grandes expansões francesas, holandesas, inglesas e espanholas, Portugal funda o Forte do Presépio, em janeiro de 1616, o que deu origem à atual capital do Estado do Pará. Conforme Miranda Neto (2005), o arquipélago do Marajó era habitado por grupos indígenas que migraram de tribos oriundas da região subandina colombiana e se estabeleceram nas terras da foz do Rio-Mar. Para Pacheco (2009, p. 84):

O labirinto de Ilhas, os “Marajós” e seus habitantes cravados na foz do território a ser conquistado, não assistiram passivamente aquelas estranhas chegadas de gentes tão diferentes de seu referente humano. [...] Aruãs, Sacacas, Marauanás, Caiás, Ararís, Anajás, Muanás, Mapuás, Pacajás e os batizados de Nheengáibas enfrentaram as armas portuguesas por quase 40anos.

Situados em diferentes pontos do arquipélago, os índios usaram suas habilidades e forças como resistência em defesa de seus territórios e modo de vida. Segundo Miranda Neto (2005, p. 51), a vida cotidiana, desses grupos indígenas, antes da colonização, baseava-se na agricultura, pesca e caça. A inteligência aguçada dos índios contribuía à eficiência dos seus afazeres cotidianos,

Em 1754 a “Ilha Grande de Joanes” recebeu o nome de Marajó, que significa “o vento que sopra a tarde sobre a ilha”. No entanto, a origem desse nome pode vir de Mbará-yó, que no Tupi significa “barreira do mar”. Aliás, aos olhos dos antigos colonizadores, a ilha parecia servir como uma muralha erguida pela própria natureza para barrar as tormentas do oceano. O território então foi dividido em duas macrorregiões. A, oeste, densas florestas inundadas e a leste campos de várzea, secos no verão e alagados no inverno.

Em sua tese Pacheco (2009) se contrapõe ao discurso colonizador que denominou o então, arquipélago de Marajó, de “Ilha de Marajó”, e propõe um olhar mais plural sobre as particularidades da região, e fala em “Marajós” ou “Marajó dos Campos” e “Marajó das Florestas”. Essa divisão estabelece um novo conceito social ao arquipélago, tendo em vista, os diversos caminhos que tomou o processo de colonização

da região e a resistência vivida pelos grupos indígenas, durante a conquista do território.

Conforme caracterizado por Pacheco (2009) a parte do Marajó das Florestas foi fundada por jesuítas no período colonial. Os atuais municípios eram conhecidos, durante a colonização, como antigas aldeias Guaricuru (Melgaço), Arucará (Portel) e Araticu (Oeiras), lugar de onde eram exploradas as drogas do sertão: cultivo da cana de açúcar e da mandioca. A parte que compõe o Marajó dos Campos, também foi palco de concessão de terras junto a Coroa portuguesa para construir grandes fazendas, onde se cultivava mandioca e outros gêneros, (PACHECO, 2009, p. 144). A caracterização, desses espaços, em Marajó, dos Campos e das Florestas dá-se segundo Pacheco (2009), não só pelo fator geográfico, mas para marcar as diversas trajetórias e sistemas de dominação no percurso da colonização brasileira.

Nas palavras de Dalcídio, Gallo e Pacheco: paisagens e misérias

Os “Marajós” possuem uma vegetação nativa, sofre mudanças de acordo com as estações do ano. Em períodos de intensas chuvas, o chão é coberto pelo verde que brota naturalmente do solo, a

“exalar um cheiro úmido da terra nova, de água fria e de botões em flor” (Jurandir, in Nunes 2011).

Em muitas paisagens da região, o verde das belas árvores contrasta com o colorido das aves formando uma paisagem encantadora.

Por outro lado, no período de chuvas fortes, em alguns municípios do Marajó, os campos se enchem de água, os rios chegam a transbordar, as casas ficam imersas às águas. Nesta passagem a seguir da obra *Marajó*, Dalcídio Jurandir descreve sabiamente as consequências dos tempos de chuvas nos campos marajoaras, fato este, recorrente na historicidade local, além disso, o autor destaca o desdobramento das famílias, para sobreviverem à cheia. Vejamos:

Vieram as grandes chuvas. Com as primeiras águas os regos borbulhavam, peixes subindo para os campos. Rio e lagos engrossavam a voz na trovoadas, no ronco dos jacarés que desciam das cabeceiras. De madrugada os vaqueiros saíam a galope para salvar os bezerros atolados. Dezenas de reses morriam na inundação. Os búfalos soprando n'água, imóveis e negros, assustavam os jacarés. Sucuriju ia apanhar os patos e rondar as crianças nos jiraus das fazendas. (JURANDIR, 2008, p. 337/338).

As palavras de Dalcídio Jurandir colocam em circulação discursos que relatam com evidência problemas sociais, que atravessam a vida das populações marajoaras, principalmente, em períodos chuvosos. A recorrência desses fatos está presente na realidade marajoara de hoje. Outros escritores também vão descrever a situação de abandono em que vivem as sociedades marajoaras.

Giovanni Gallo, - padre italiano e jesuíta – que passou a habitar na comunidade de Genipapo em Santa Cruz do Ararí, a partir de 1973, também se preocupou em relatar, em seu livro “Marajó: a ditadura da água”, experiências cotidianas dos moradores

locais. Na imagem abaixo, Gallo dá visibilidade à problemática social de um mundo, que historicamente está invisível e distante dos interesses políticos, dos governos municipal, estadual e federal.

Figura 01 – Em tempo de cheia em Santa Cruz do Ararí – Marajó



Fonte: Giovanni Gallo – livro “Marajó: a ditadura da água”.

A imagem mostra uma habitação bem comum nas cidades marajoaras, uma palafita, construída para suportar o período de intensas chuvas na região do Marajó.

Dalcídio Jurandir diz “o lago se espalhou pelos campos, ilhou as palhoças. Caiu então um silêncio de princípio de mundo em que os homens se misturavam com os bichos deslizando nas

águas” e Giovanni Gallo mostra a casa e as pessoas em condições de abandono assujeitadas, ao descaso político e social.

Outro período, que marca o cotidiano da população marajoara é a época de seca, que vai de setembro a dezembro. Em tempos de seca o solo fica rachado, cheio de terroadas, onde as cobras se escondem Jurandir (2008). No verão o sol castiga os moradores, os lagos secam, a terra começa a rachar é o tempo das caçadas e pescarias. E a vida segue assim, nesse círculo vicioso de afogamento e ressurgimento da terra.

De acordo com Pacheco (2009), na dinâmica marajoara, as populações locais estão sempre sintonizadas aos mistérios que envolvem a floresta amazônica, e dessa forma, com muita sabedoria organizam seu modo de vida e trabalho. Com seus conhecimentos e saberes, constroem meios de transportes adequando-os aos tempos de cheias e secas, tempos estes, característicos das áreas de campo e floresta do Marajó.

No litoral ou Marajó dos Campos, o rio banha a maior parte do arquipélago. Na contra costa se vê a pororoca, as águas do mar medindo forças com as águas dos rios. Vira um espetáculo para os moradores e turistas. Ao leste, mar aberto, a imagem a seguir mostra a praia de mangabeira no município de Ponta de Pedras, é uma das praias mais frequentada por turistas e pelos moradores locais, que durante os passeios, não deixam de saborear a culinária marajoara feita de deliciosos pratos com camarão, peixe frito e de uma boa caldeirada.

Sistemas de punição e silenciamentos: na ficção e na realidade

Por trás da riqueza florestal e cultural, no entanto, existe um mundo de complexidades sociais e econômicas, habitado por pessoas ricas e pobres, que ao longo dos séculos disputam por um espaço de poder e sobrevivência, neste vasto território, que outrora e ainda hoje é dominado por um sistema coronelista, que constitui uma ordem discursiva de poder, através das diferenças econômicas e políticas entre as classes sociais. Neste sentido Homi Bhabha (2007) nos ajuda a entender que em lugares assim, o discurso dominante funciona como:

Um aparato que se apóia no reconhecimento e repúdio de diferenças raciais/culturais/históricas. Sua função estratégica predominante é a criação de um espaço para “povos sujeitos” através da produção de conhecimentos em termos dos quais se exerce vigilância e se estimula uma forma complexa de prazer/desprazer. Ele busca legitimação para suas estratégias através da produção de conhecimentos do colonizador e do colonizado que são estereotipados, mas avaliados antiteticamente. (BHABHA, 2007 p. 111).

Diante desse regime de repressão, que ainda hoje se prevalece de um poder político e econômico para estabelecer suas verdades e disciplinas sobre “povos sujeitos” como diz Bhabha

(2007) ou como afirma Foucault (2012, p. 206), sobre a sociedade, para fazer crescer, ao mesmo tempo, a docilidade e a utilidade de todos os elementos do sistema, o arquipélago do Marajó evoluiu de maneira regular, basicamente por meio do extrativismo e pecuária.

Dentre essas atividades econômicas, as extrativistas são as que representam maior importância, principalmente, o açaí e o palmito, são elas que garantem emprego e renda para a maioria da população. Na Amazônia marajoara, um dos grandes problemas sociais, que há décadas a sociedade pede por melhorias é o setor dos transportes hidroviários, de modo que, os governos municipais e estaduais não disponibilizam linha de barcos adequados e suficientes que possam transportar pessoas e seus produtos comercializáveis, dos municípios do Marajó às cidades próximas.

Com isso, a população que reside nas localidades mais distantes dos centros urbanos é a grande vítima, do descaso social, por está imersa nesta disputa, sofrem conforme diz Foucault (1996, p.10), uma separação/rejeição por parte do sistema público de poder, que historicamente tenta excluir, dos interesses econômicos e

políticos, pessoas que dependem das ações sociais públicas, para sobreviverem com qualidade de vida.

Um dos acontecimentos mais recentes, no arquipélago do Marajó que envolve esta situação de descaso foi veiculado pela mídia televisiva local e nacional, em abril de 2013. Embora, de maneira tímida, a reportagem deu visibilidade à problemática do abandono político, econômico e social, silenciado há séculos, por quem detém o poder maior. Vejamos então, o que diz o discurso da matéria retirada do site G1-PA.

Comandante da embarcação que naufragou no Marajó está preso. Ele é suspeito de homicídio, com dolo eventual. Doze pessoas morreram no naufrágio.

Está preso na delegacia de Cachoeira do Arari, na Ilha do Marajó, no Pará, o comandante do barco "Iate Leão do Norte", que naufragou na madrugada desta sexta-feira (19), no rio Arari. Ele foi detido pelo crime de homicídio, com dolo eventual. O crime é afiançável em juízo e ele ficará à disposição da Justiça. De acordo com a polícia, o dolo eventual é caracterizado quando não há intenção do crime, mas o suspeito assume o risco [...]. A embarcação naufragou durante o trajeto de Arapixi, uma localidade do município de Chaves, na ilha do Marajó, com destino a Belém. Doze pessoas morreram. 46 foram resgatadas e encaminhadas para a Casa Municipal, que abriga os sobreviventes e oferece atendimento. Oito pessoas estão internadas no hospital municipal. Uma criança de nove anos, que está em estado grave por ter aspirado água, foi resgatada pelo helicóptero do Corpo de Bombeiros e trazida até a capital. Ela está internada no Hospital Metropolitano, em Ananindeua, região metropolitana de Belém. (em 19/04/2013, 21h46).

É lamentável que depois de passados séculos desde a nossa colonização, acontecimentos deste porte, envolvendo vítimas fatais, ainda ocorra com frequência nos rios amazônicos. Se analisarmos o conteúdo da reportagem é fácil percebermos o discurso da mídia enfatizando que a causa do naufrágio e das mortes é responsabilidade única do comandante da embarcação.

Esta relação aparece no enunciado: *“Ele foi detido pelo crime de homicídio, com dolo eventual”*. Embora o discurso jurídico diga que o objetivo do acusado não era o crime, mesmo assim o suspeito, neste caso, o comandante, tem que assumir a culpa, logo, receber da justiça a punição devida, ou seja, como é de praxe, nestes casos, é preciso que se puna alguém, e dessa forma, desviar do poder público, a culpabilidade pelo ocorrido.

Nesta situação fica evidente o que Foucault (2012), chamou de “exercício de castigar” quando ele criticava o sistema penal francês do século XVIII, pois segundo o autor, o objetivo primeiro do “exercício” era:

Fazer da punição e da repressão das ilegalidades uma função regular, coextensiva à sociedade; não punir menos, mas punir melhor; punir talvez com uma severidade atenuada, mas para punir com mais universalidade e necessidade; inserir mais profundamente no corpo social o poder de punir,

(FOUCAULT, 2012, p. 79).

Neste caso, conforme dita a ordem discursiva vigente do poder local, é necessário culpar e prender o *culpado*, - comandante do barco - para inserir no corpo social, o poder de coerção social, para que outros acidentes fatais não aconteçam mais, nos rios amazônicos.

Em nenhum momento desta matéria jornalística se questiona a ausência do poder público, principal, responsável por esta fatalidade. De acordo com a **Lei. Art.30** compete aos municípios: **V**-organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial. Ao contrário do que rege a constituição, em algumas localidades do Marajó como a do município de Chaves, a carência de transportes adequados e de qualidade que atenda as necessidades da população é imensa.

Para o olhar da mídia ou de quem não conhece ou nunca viveu realidades como esta, mostrada na reportagem, a ideia que fica é de que, realmente, o vilão da situação é o dono da embarcação, é certo, que ele também faltou com responsabilidade, por ter superlotado a embarcação. Mas não devemos esquecer que, essa população é a grande vítima de um sistema político e econômico falho, que há décadas tenta silenciar as vozes de uma população que só precisa de uma condição de vida melhor para viver segura, no seu lugar de origem.

E como se não bastasse, o descaso sócio-político, a situação de sofrimento da população agrava-se mais ainda, porque a ação dos grandes proprietários de terras contra o povo carente é de repressão. O domínio desse espaço, de lutas e resistências, pelos grandes políticos e fazendeiros da região, causa certo temor nos pequenos proprietários e trabalhadores, em relação aos donos de terras. O espaço das fazendas é controlado pelas forças dos capangas armados que são pagos para vigiar as grandes propriedades e não deixar que, pais de famílias busquem alimentos nos rios, lagos e matas.

Dessa forma, as famílias ficam reféns e temem sofrer represálias e castigos, de um poder que, usa a força para impor sua ordem repressiva. A vigilância espacial, no Marajó, não difere das análises panópticas de Foucault, sobre a sociedade francesa, do final do século XVII. A respeito deste sistema de poder, Foucault diz (2012, p. 191):

Daí o efeito mais importante do Panóptico: induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce; enfim, que os detentos se encontrem presos numa situação de poder de que eles mesmos são os portadores.

Da mesma maneira que, Foucault (2012) mostra o efeito do poder panóptico, nos corpos docilizados, que induz o sujeito a vigiar, conscientemente, suas próprias ações,

para não ser punido, pelo sistema vigente, nos latifúndios marajoaras, as proibições e repressões funcionam como um poder disciplinar, que deixa os indivíduos acuados em condição de sujeição frente à ordem de poder dos fazendeiros.

A triste história de Rita e a exploração sexual infantil

Como mostra Dalcídio Jurandir, nas áreas dominadas por fazendeiros, a atividade de pesca, caça e colheita de frutos era extremamente proibida para os moradores locais, embora, eles precisassem e dependessem dos alimentos retirados da natureza para sobreviverem, ainda assim eram proibidos e vigiados constantemente. Em lugares como este a vigilância era severa, vejamos o que diz (Foucault, 2012 p. 174), sobre o controle espacial:

Esse espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar fixo, onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registrados, onde um trabalho ininterrupto de escrita liga o centro e a periferia, onde o poder é exercido sem divisão, segundo uma figura hierárquica contínua, onde cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído entre os vivos, os doentes e os mortos — isso tudo constitui um modelo compacto do dispositivo disciplinar.

Dalcídio Jurandir mostra essa relação panóptica, que Foucault analisa, nas relações sociais entre os latifundiários e seus trabalhadores. Os grandes donos de terras controlam as ações dos mais humildes, na ânsia de expandir cada vez mais os seus latifúndios. Além disso, segundo narra Dalcídio Jurandir, nas fazendas do coronel Coutinho, quem não fosse mais útil, ao trabalho, era simplesmente expulso pelo fazendeiro, como foi o caso, abaixo, vivenciado:

Rita, já em pleno campo, sentiu que podia ser novamente ameaçada como fora dias antes. O canoeiro viu a menina:

- Vocês me dão que eu levo ela pra Belém. Conheço quem precisa de uma menina assim.

Pai e mãe
se
entreolhara
m. - Que
tu diz,
Jovenila.

A menina olhou de lado, esfregando as mãos, se encolheu na saia da mãe. Jovenila esfregou o pé numa toça de capim e de cabeça baixa:

4 Está aí a menina. Por mim...

Então Parafuso disse ao abaeteuara:
5 Pode levar, o nome dela é Rita.

Rita olhou o pai, a mãe, o beijo tremeu, começou a chorar. Passou a mão no rosto sujo e se agarrou na saia da mãe.

- Não quero ir. Mamãe me
pegue. Não! Não! [...] -
Quieta, diabo. Te aquieta,
demoninho.

Jovenila se lembrou daquela menina levada aos gritos numa canoa para

Belém. A menina esperneava rouca de gritar. Pôs a mão no ombro da filha: - traz aquele balde, anda, vamos. E grita, então! Quem te bateu já? (JURANDIR, 2008, p. 315-316).

O drama da personagem Rita, revela um dos problemas sociais mais recorrentes nas grandes e pequenas cidades brasileiras, a exploração sexual infantil, um problema não tão recente assim. A descrição tão minuciosa da cena mostra detalhes do sofrimento de uma família que se encontra em desespero por ter sido expulsa da fazenda onde morava.

Desolados, Parafuso, Jovenila e mais quatro filhos caminhavam pelos campos em busca de moradia, alimento e vida digna. Ao serem expulsos, sabiam que não podiam contrariar as ordens do Coronel, para não sofrerem represália tinham mesmo que sair da fazenda. Embora a vigilância fosse intensa, nas terras do coronel, Parafuso tomou coragem e antes de sair da fazenda pegou um dos melhores bois do coronel e por muito tempo, Parafuso, Jovenila e as crianças se alimentaram.

Diante deste regime coronelista, Dalcídio Jurandir mostra que, nas fazendas, as pessoas com pouco recurso econômico eram submetidas a um regime de verdades, constituído, pelo poder dos coronéis. Elas sobreviviam sob paradigmas que determinavam comportamentos e ações cotidianas, de sujeição humana. Neste sentido, Foucault (1979, p. 12) nos diz que “cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros”.

Além da sujeição ao poder do Coronel Coutinho, a família ainda teve que passar por situações difíceis diante de um canoeiro oportunista, que ao perceber o sofrimento de Parafuso, Jovenila e filhos, tenta de maneira leviana, convencer o casal a entregá-lhe, Rita, a filha mais velha do casal. A má atitude do canoeiro materializa a recorrência da exploração sexual de crianças, no arquipélago do Marajó.

Embora, casos como estes, denunciados por Dalcídio Jurandir tenham acontecido em tempos distantes, uma reportagem exibida em 2008 por uma rede de televisão mostra que o problema da exploração sexual infantil ainda continua até os dias atuais e com mais força ainda em pequenas e grandes cidades deste país. Na matéria referida, meninas com apenas onze e doze anos de idade, moradoras de uma comunidade, no arquipélago do Marajó, eram estimuladas pela própria família a se prostituírem em troca de alimentação, óleo diesel, dinheiro, mercadorias e outros ganhos que interessassem a elas.

Na imagem a seguir podemos constatar uma realidade que hoje, tornou-se comum no arquipélago do Marajó. São garotas menores de idade que saem de suas casas para encontrarem com homens exploradores, que as esperam nas embarcações, em pontos estratégicos ao redor das pequenas cidades.

Figura 02 – exploração sexual infantil no Marajó



Fonte: portelemfoco.blogspot.com

De acordo com a reportagem, os exploradores são principalmente, turistas, tripulantes e empresários donos de embarcações que vão negociar madeira e vender mercadorias para os moradores de pequenas cidades da região. Infelizmente para as nossas autoridades, esta problemática há séculos parece ser/estar invisível, pois ainda, hoje, o problema continua sendo ignorado³. À sociedade que espera por justiça só resta acreditar que a pobreza das famílias é a principal causa do aumento da exploração de meninas no Marajó.

No entanto o que está por trás desse regime produzido pelo poder político e econômico, como discurso da *verdade* que é imposto à sociedade, não é, simplesmente, a pobreza, como é mostrado na reportagem e, sim, a falta de investimentos em educação, projetos sociais que atenda a demanda das crianças, que ficam ociosas pelas ruas, campos e beiras de rios. Mas enquanto isso não acontece, a população marajoara sobrevive e se constitui ao esquecimento social.

Portanto, neste território, a luta social é constante, depois de longos séculos desde a colonização do Brasil, a busca da população, por melhorias nos setores públicos de transportes, saúde, educação e também, por emprego, moradia continua a provocar sérios conflitos sociais. As sociedades marajoaras apresentam-se imersas num mundo carregado de discursos políticos e econômicos que regem valores e regras como verdades absolutas. Contudo, apesar deste contexto desigual de resistências e forças, entre poderes de classes, culturalmente as barreiras parecem não existir diante da magia cosmológica, que sustenta a fé dessa população.

Religiosidades no Marajó

A professora e pesquisadora sobre sociedades indígenas na Amazônia, Ivânia

³ Apesar de ignorado quase que totalmente pelas autoridades constituídas, esta prática é fortemente combatida por parte da Igreja Católica, que tem à frente o Bispo Dom José Luiz Azcona Hermoso. Fonte: Comissão Parlamentar de Inquérito. Belém-PÁ, ALEPA- fevereiro, 2010.

Neves (2009, p. 53) afirma que desde o período da nossa colonização, com a chegada dos povos europeus, no século XV, a participação da Igreja Católica foi efetiva no processo de dominação dos povos indígenas. A pesquisadora diz ainda que, a nova congregação tinha um objetivo claro: instituir a fé cristã, submetendo os povos colonizados à religião católica.

Por outro lado, o encontro das diversas culturas no espaço amazônico, durante a colonização do Brasil, resultou no que Pacheco (2009) chama de mesclas interétnicas e dessa forma, as experiências culturais religiosas cada uma com sua particularidade, se intensificaram em todo país.

Conforme Figueroa (2002, p. 15), no contexto amazônico, o encontro das religiões indígenas, católicas, protestantes e espíritas e outras fazem parte da vivência da maioria da população, como é visto neste trecho:

Para descrever as religiões que se encontram em terras amazônicas é necessário abordar: as diferentes espiritualidades indígenas; os diferentes tipos de cristianismo; os diferentes grupos

espiritualistas. Para cada item destes existe uma serie de subgrupos espalhados em diferentes regiões, em diferentes tempos, por tudo aquilo que chamamos de Amazônia.

Neste sentido pode-se inferir que, embora os mais diferentes processos culturais religiosos tenha se intensificado no contexto amazônico, Stuart Hall (2006, p. 25) nos aconselha a pensarmos em identidade cultural não como um fato, mas como uma “produção”, ou seja, algo que nunca está completo. Pois para o autor, a identidade cultural:

Não é de modo algum uma essência fixa que existe inalterada e aquém da história e da cultura. Não é um qualquer espírito universal e transcendental que nos habita e no qual a história não deixou nenhum traço fundamental. Não é um de-uma-vez-por-todas. Não é uma origem fixa à qual possa haver um regresso final e absoluto.

Seguindo as concepções acima, podemos mergulhar no mundo cosmológico que Dalcídio Jurandir nos apresenta, no romance Marajó, para conhecermos Manuel Rodrigues, que antes de se converter à religião espírita era devoto e chefe da comissão do Santo Ivo na tiração de esmolas pelo rio Ararí.

A mudança de Manuel Rodrigues incomodava as pessoas que o conheceram em seu ofício de folião mor de Santo Ivo. Como podia ele renegar o tambor, o oratório dizendo que os evangelhos espíritas o salvaram. Vejamos este trecho:

Ponta de Pedras pasmava. Manuel Rodrigues voltava de Belém formado em espiritismo, falando difícil, contando como sua vida mudou. Andava lento, ar profético, recusando a cachaça que os seus antigos camaradas e foliões de Santo Ivo lhe ofereciam. A vila não compreendia tal mudança feita em um pouco mais de um ano de ausência. Seria a força da nova religião? Teria mesmo morrido nele o devoto, o folião mor, o festeiro de Santo Ivo?

(JURANDIR, 2008, p. 127).

Nesta passagem da obra, o autor revela detalhadamente características de um personagem marajoara que transita entre uma e outra prática religiosa, num espaço, onde as pessoas procuram se identificar espiritualmente a um determinado seguimento religioso. Neste trecho da obra, Manuel Rodrigues vive, conforme Hall (2006) nos explica num momento de construção processual de identidade.

Um ex-folião, que sem que as pessoas de Ponta de Pedras entendam porque, de repente deixa de acreditar nos santos católicos, dos quais era devoto e se torna um seguidor do espiritismo. Seu discurso religioso agora era outro, dizia na Vila, que voltara de Belém para dar a luz aos espíritos dominados pelas trevas.

No romance *Marajó*, Manuel Rodrigues se constitui com uma perceptível incompletude identitária, o ex-folião transita por diferentes religiões, em meio às múltiplas vozes religiosas a que é constantemente exposto. Nesta perspectiva religiosa, assim como a presença do catolicismo é bastante aceita entre os povos amazônicos, a pajelança, também faz parte dessa realidade cultural, segundo Maués (2007, p. 160):

A pajelança, mais do que o catolicismo popular e mais ainda do que, o espiritismo e o protestantismo encontra-se mesclada com a magia e a medicina popular... e a magia implica em representações que se às vezes ligadas de alguma forma, ao cristianismo, sobretudo em sua versão católica, tem a ver com a medicina popular com a cura e/ou provocação de doenças e outros meios (ou benefícios).

Neste contexto de mudanças e resignificação cultural, a religiosidade da população marajoara representa um processo contínuo de uma cultura que se hibridiza e se reconstitui, apesar das influências de novas culturas, que desde a colonização tentam impor suas ideias hegemônicas sobre o modo de vida local.

Por fim, a descoberta deste mundo marajoara é sempre significativa, visto que a pluralidade de significações, valores e saberes estão implícitos nas linguagens religiosas e na vida sociocultural desta população, a qual, segundo Holanda, (2006, p. 127), “não pode ser compreendida sem levar em consideração à interação, mítico e não mítico, na sua formação cultura”. Pois, são fatores valorosos que de certa forma, justificam a identidade deste povo, que Dalcídio Jurandir (2008, p. 17) chama de *aristocracia de pé no chão*.

Referências

BHABHA, K. Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012.

CABRINI, Roberto. **A exploração sexual de meninas na Amazônia**. 2007. Disponível em: <<http://diganaoerotizacaoinfantil.wordpress.com/2007>>. Acesso em: 3 mar. 2011.

COMANDANTE da embarcação que naufragou no Marajó está preso. Ele é suspeito de homicídio, com dolo eventual. Doze pessoas morreram no naufrágio. Disponível em: < <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2013/04/comandante-de-embarcacao-que-naufragou-no-marajo-estapreso.html?thumbs=false&openGallery=true&photoIndex=1>> . Acesso em: 19 abr. 2013.

FIGUEROA, Ana Claudia. **Presença religiosa na Amazônia**. 2002. Disponível em: < <http://www.amazonia2002.de/portovelhoclaudiafigueroa.html> >. Acesso em: 3 mar. 2013.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GALLO, Giovanni. **Marajó: a ditadura da água**. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, 1980.

HALL, Stuart. Identidade Cultural e Diáspora. In: **Comunicação & Cultura – A cor dos media**. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2006. V. 1

HOLANDA, Silvio. Mito e Sociedade em Dalcídio Jurandir: anotações em torno de Marajó. In: LEITE, Marcus Vinnicius C. **Leituras Dalcidianas**. Belém: Unama, 2006.

JURANDIR, Dalcídio. **Marajó**. 4. ed. Belém: EDUFPA; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008.

_____. Religião e Medicina Popular na Amazônia: a etnografia de um romance. **Revista Antropológica**, Belém, ano 11, v. 18, n. 2, p. 153-182, 2007.

MIRANDA NETO, Manoel José de. **Marajó: desafio da Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2005.

NEVES, Ivânia. **A invenção do índio e as narrativas orais Tupi**. 2009. 120 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 2009.

NUNES, Paulo Jorge Martins (Org.). **Poemas Impetuosos ou o tempo é do sempre escoá**. Belém: Paka-Tatu, 2011.

PACHECO, Agenor Sarraf. **História e literatura no regime das águas: praticas culturais afroindígenas na Amazônia Marajoara**. Belém: Unama, 2009.

SILVA, Joel Pantoja da. **Memórias Tupi em narrativas orais no rio Tajapuru – Marajó das Florestas – Pa** . 2013. 120 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura) – Universidade da Amazônia, Belém, 2013.